

## O ‘não’ e o projeto da Europa

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Website*, 21.06.05

O projeto da Europa está em questão desde o ‘não’ dos franceses e dos holandeses. O atual presidente da União Européia, Jean Claude Juncker (Luxemburgo) não tem meias-palavras: “a Europa não está em crise, está em crise profunda” Para muitos, a recusa a uma constituição que reuniria tratados anteriormente firmados sinalizou o fracasso do projeto europeu, ou, pelo menos, um grave retrocesso. Entretanto, para a maioria dos franceses e holandeses que disseram não, e para os americanos e os ingleses que celebraram o resultado, foi uma vitória. O significado da palavra ‘vitória’ é muito diferente para os dois grupos, mas só será possível compreender o que está se passando se entendermos o que é o ‘projeto da Europa’.

Como aconteceu para o não, também para o projeto da Europa podemos atribuir muitos significados. Podemos pensar que, quando França e Alemanha se reuniram, tinham como principal objetivo a paz. Ou que, quando os seis primeiros países celebraram seu primeiro tratado, estavam apenas constituindo um mercado comum. Entretanto, havia um objetivo que não é claramente expresso, mas que é o principal para os fundadores da União Européia: construir um Estado plurinacional. Algumas vezes, quando se cria um parlamento europeu, quando se cria o euro como moeda comum, quando se procura aprovar uma constituição, quando se fala em uma confederação, ou mesmo em uma federação européia, é a um Estado plurinacional que se está pensando. Um Estado plurinacional que se transforme, gradualmente, em um Estado-nação.

Esse projeto não é explicitado pelas lideranças políticas, porque pode ferir os sentimentos nacionalistas dos eleitores, mas o fato é que, a partir do extraordinário êxito que é a União Européia, foi se constituindo uma consciência nacional européia. Isto foi ocorrendo à medida que a união dos países europeus se revelava uma experiência histórica única e incrivelmente bem sucedida – a maior experiência de engenharia política democrática de que se tem notícia na história da humanidade.

Os Estados-nação são construções históricas que pouco têm de natural. Nem mesmo uma língua comum necessariamente os constitui. Basta ver a Suíça ou a Bélgica. E não são necessariamente homogêneos do ponto de vista étnico, como os Estados Unidos ou o Brasil o demonstram. São, entretanto, grupos sociais e políticos que compartilham um destino comum, e que têm orgulho de se constituírem em uma nação. Muitas vezes, compartilham também uma longa história de conflitos – mas de conflitos que afinal foram sobrepujados pelos acordos. No processo de constituição do Estado-nação, em muitos casos um determinado grupo ou uma determinada região se sobrepõe inicialmente às demais – a Inglaterra, na Grã-Bretanha, Ile de France, na França,

Castela, na Espanha – mas afinal é a participação voluntária de todos que vai constituir a nação. Da mesma forma, os conflitos de classe e de etnia são inevitáveis nessas sociedades, mas, quando se trata de definir a nação para que ela possa competir na economia global, o acordo de classes ou a solidariedade nacional prevalece.

O projeto da Europa dos fundadores é portanto o de construir um Estado plurinacional tendendo a Estado-nação. Faria isto sentido na economia global? A ideologia globalista, que vem principalmente de Washington e Nova York, diz naturalmente que não, que vivemos em um mundo sem fronteiras... Que os Estados-nação perderam relevância. Na verdade, a globalização caracteriza-se, essencialmente, pela competição, senão a rivalidade econômica, entre as nações. Os grandes países já não se ameaçam com guerras, como acontecia no sistema do equilíbrio de poderes e da Guerra Fria, mas competem implacavelmente no plano econômico. Os europeus sabem bem disso, daí seu projeto.

É evidente que esse projeto não interessa aos Estados Unidos, que desde o fim da Guerra Fria se autodefine como potência hegemônica, e vê na Europa seu principal concorrente. Mais recentemente também a China vem assumindo esse papel, mas, enquanto nesse país essa condição depende do desenvolvimento do próprio país, na Europa depende da constituição ou não da unidade política. Os americanos sentem-se permanentemente ameaçados pela perda da hegemonia política, e reagem correspondentemente através de toda uma série de estratégias. Uma das quais é a de ter aliados na região: contra a China, o Japão; contra a Europa, a Grã-Bretanha.

Em um artigo de 1996, o cientista político conservador e nacionalista Samuel Huntington assinalou esse fato. As reações de regozijo de *The Economist* ao não francês e holandês, porém, são a demonstração mais clara do que estou afirmando. Segundo essa revista, no número de 2 de junho, “talvez seja falta de tato assinalar, mas a rejeição pela França da constituição da União Européia é, sob muitos aspectos, um triunfo da Grã-Bretanha. Há pelo menos 50 anos, os britânicos tiveram dois principais objetivos em relação à Europa. O primeiro foi impedir o esforço na direção da união política européia; o segundo, impedir o domínio franco-alemão da política européia”. Não é possível ser mais claro.

E qual a estratégia para alcançar esses dois objetivos? A revista britânica não tem dúvida: a ampliação da União Européia. Por que? Porque dessa maneira ela perde a relativa homogeneidade que é necessária para a formação de uma união política. Um Estado-nação se constrói a partir da diversidade, mas de uma diversidade controlada. Com a admissão recente dos países do Leste europeu, a União Européia enfraqueceu a possibilidade de realizar o projeto europeu. A admissão projetada da Turquia seria o golpe definitivo. Em troca da ampliação do mercado, estava-se perdendo a possibilidade da união real.

Os eleitores franceses e holandeses, de uma forma ou de outra, perceberam este fato, e deram seu brado de alerta. Será que as elites européias serão capazes de ouvi-los, ou permanecerão subordinadas ao *soft power* americano, como acontece com as elites latino-americanas? E divididas pelo 'não' ao invés de unidas pelo projeto? Tendo a acreditar na segunda alternativa. Os europeus estão construindo uma sociedade política e culturalmente avançada, como não há igual no mundo. E há tempo percebem que os Estados Unidos representam uma ameaça concreta a essa obra. Por isso, falam com frequência na possibilidade de uma 'Europa de duas velocidades', na constituição de um núcleo realmente europeu dentro da União Européia. Jürgen Habermas, em artigo recente (*Folha de S. Paulo* (12.6.05), ao comentar os dois 'nãos', observou que o tratado de Nice (artigos 43 e 44) prevê a possibilidade de no mínimo oito membros estabelecerem entre si uma 'cooperação reforçada'. A saída poderá estar em uma solução desse tipo. Conforme assinala o filósofo, "outros Estados-membros não poderiam compreender tal processo como exclusão, mas apenas como um convite a tomar posição diante de um aprofundamento energicamente iniciado da União Européia e eventualmente somar forças com ele". Será provavelmente adotando medidas nessa direção que a Europa poderá superar o problema causado pelo alargamento, e retomar seu projeto.